

09/fevereiro/2018

À: Concessionária Bahia Norte S.A.

At.: Administradores e Acionistas

Ref.: Relatório do Auditor Independente nº REL-2632/2018

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.S^{as}. as demonstrações contábeis da Concessionária Bahia Norte S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas
do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar
Edifício Berrini One | Vila Olímpia
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.granthornton.com.br

Aos:
Administradores e Acionistas da
Concessionária Bahia Norte S.A.
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Bahia Norte S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Bahia Norte S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava Jato”, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, dos quais a Companhia faz parte (controlada indireta). Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras, considerando, inclusive, que não existem citações nominais à Companhia, que sejam de conhecimento público. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Procedimento arbitral

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 03 de agosto de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), tendo como requerente o Consórcio Construtor BA-093, a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras de adequação e construção das rodovias concessionadas e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. Em 18 de agosto a Companhia apresentou resposta ao Requerimento de Instauração do Procedimento Arbitral, informando que irá apresentar pleitos reconventionais contra o Consórcio Construtor. No momento, os assessores legais da Companhia não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos das requerentes, procedimento este, que somente poderá ser efetuado, caso seja realmente instituída a arbitragem e somente com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso do processo de arbitragem. As demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2017 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7 "S" BA

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Concessionária Bahia Norte S.A.

Balancos patrimoniais

Em milhares de reais

Ativo	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.394	46.115	Fornecedores (Nota 13)	4.144	2.538
Aplicações financeiras (Nota 7)	15.039	-	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	20.232	24.828
Contas a receber (Nota 8)	7.345	6.376	Debêntures (Nota 14)	10.544	7.636
Adiantamentos a fornecedores	136	89	Partes relacionadas (Nota 25)		11.882
Despesas antecipadas	973	1.712	Tributos a recolher	1.719	1.785
Tributos a recuperar e outros (Nota 9)	855	1.583	Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 15)	4.104	3.574
	<u>25.742</u>	<u>55.875</u>	Outros passivos	407	281
				<u>41.150</u>	<u>52.524</u>
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 10)	20.250	25.389	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	658.987	657.892
Fundos restritos (Nota 14 (iv))	33.362	30.969	Debêntures (Nota 14)	13.927	24.389
	<u>53.612</u>	<u>56.358</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23 (a))	1.488	9.720
			Provisão para contingências (Nota 16)	455	474
			Provisão para conserva especial (Nota 17)	3.740	2.884
				<u>678.597</u>	<u>695.359</u>
Imobilizado (Nota 11)	2.312	2.277	Patrimônio líquido (Nota 18)		
Intangível (Nota 12)	907.551	847.070	Capital social	277.000	247.000
	<u>963.475</u>	<u>905.705</u>	Prejuízos acumulados	(7.530)	(33.303)
				<u>269.470</u>	<u>213.697</u>
Total do ativo	<u>989.217</u>	<u>961.580</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>989.217</u>	<u>961.580</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração do resultado

do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações continuadas		
Receitas, líquidas (Nota 20)	223.644	268.886
Custo de construção (Nota 21 (a))	(93.486)	(151.131)
Custo de serviços prestados (Nota 21 (b))	<u>(70.187)</u>	<u>(67.651)</u>
Lucro bruto	59.971	50.104
Gerais e administrativas (Nota 22)	(12.659)	(13.108)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>68</u>	<u>184</u>
Lucro operacional	47.380	37.180
Receita financeira (Nota 24)	3.734	5.102
Despesa financeira (Nota 24)	<u>(33.140)</u>	<u>(37.632)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.974	4.650
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 23 (b))	<u>7.799</u>	<u>(3.072)</u>
Lucro do exercício	<u>25.773</u>	<u>1.578</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	355.143	311.537
Lucro do exercício por lote de mil ações do capital social (em R\$)	<u>0,073</u>	<u>0,006</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração do resultado abrangente do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>25.773</u>	<u>1.578</u>
Ajustes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>25.773</u></u>	<u><u>1.578</u></u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2016	247.000	(34.881)	212.119
Lucro do exercício		1.578	1.578
Em 31 de dezembro de 2016	<u>247.000</u>	<u>(33.303)</u>	<u>213.697</u>
Em 1º de janeiro de 2017	247.000	(33.303)	213.697
Aumento de capital	30.000		30.000
Lucro do exercício		25.773	25.773
Em 31 de dezembro de 2017	<u>277.000</u>	<u>(7.530)</u>	<u>269.470</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações contábeis

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.974	4.650
Ajustes		
Margem de construção	(941)	(1.526)
Depreciação e amortização	35.519	34.617
Amortização de seguros	1.100	828
Amortização do custo de captação	335	(83)
Juros e variações monetárias, líquidas	31.071	34.654
Provisão para contingências	(19)	73
Baixa do imobilizado e intangível	21	29
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(735)	767
Provisão para conserva especial	857	1.033
	<u>85.182</u>	<u>75.042</u>
Varição dos ativos e passivos		
Contas a receber	(234)	1.477
Adiantamentos a fornecedores	(47)	(25)
Despesas antecipadas	(1.566)	(1.004)
Tributos a recuperar e outros	728	176
Depósitos judiciais	5.691	(22.605)
Fornecedores	(10.276)	2.524
Tributos a recolher	(498)	(602)
Obrigações sociais e trabalhistas	530	265
Outros passivos	127	(20)
	<u>79.637</u>	<u>55.228</u>
Juros pagos - empréstimos	(49.524)	(43.345)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>30.113</u>	<u>11.883</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgate de aplicação financeira	(15.039)	18.718
Adições ao intangível	(78.742)	(138.076)
Adições ao imobilizado	(237)	(1.872)
Caixa líquido aplicado das atividades de investimentos	<u>(94.018)</u>	<u>(121.230)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(22.320)	(13.686)
Amortização de debêntures	(7.500)	(4.500)
Aumento de capital	30.000	
Utilização (adição ao) do fundo restrito	(1.242)	(9.764)
Captação de empréstimos	20.246	180.634
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	<u>19.184</u>	<u>152.684</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(44.721)</u>	<u>43.337</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>46.115</u>	<u>2.778</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>1.394</u></u>	<u><u>46.115</u></u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Demonstração dos valores adicionados – Informações suplementares do exercício findo em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas	<u>236.464</u>	<u>279.355</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos gerais, materiais, energia e outros	(110.830)	(167.845)
Serviços de terceiros e outros operacionais	<u>(5.805)</u>	<u>(5.793)</u>
	<u>(116.635)</u>	<u>(173.638)</u>
Valor adicionado bruto	119.829	105.717
Depreciação e amortização	(35.519)	(34.617)
Amortizações de seguros	(1.137)	(857)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>83.173</u>	<u>70.243</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>3.734</u>	<u>5.102</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>86.907</u>	<u>75.345</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	19.663	18.304
Remuneração direta	14.045	13.709
Benefícios	4.534	3.687
FGTS	1.084	908
Impostos, taxas e contribuições	7.657	17.131
Federais	503	10.694
Municipais	7.154	6.437
Remuneração de capitais de terceiros	33.814	38.332
Juros	33.140	37.632
Aluguéis	660	690
Doações e patrocínio	14	10
Remuneração de capitais próprios	25.773	1.578
Lucro do exercício	<u>25.773</u>	<u>1.578</u>
Valor adicionado distribuído	<u>86.907</u>	<u>75.345</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações Gerais

A Concessionária Bahia Norte S.A. (“Bahia Norte” ou “Companhia”) é uma Sociedade por ações de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede e foro em Salvador, no Estado da Bahia, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas (“Sistema Rodoviário”), tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (“DERBA”), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (“AGERBA”, em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o “Poder Concedente”), pelo prazo de 25 anos.

A Companhia é controlada em conjunto pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) e pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A - INVEPAR (“INVEPAR”), as quais possuem 50% de participação no capital social, respectivamente.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 com extensão de 11,20 km, para a Concessionária construir, operar e manter a Rodovia, que será denominada Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas (VMCLF). Como consequência a área de total concedida passará a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico financeiro da concessão, fica aditado em 5 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos.

Em 29 de abril de 2016, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora OTP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição de seu capital social. Como resultado desta reorganização societária, a Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”) passou a deter 50% do capital total da Companhia.

Em 31 de dezembro 2017, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, no montante de R\$ 15.408, principalmente em virtude das obrigações de curto prazo com empréstimos, financiamento e debêntures no montante de R\$ 30.776. Para assumir essas obrigações, a Companhia já tem contratado junto ao Banco do Nordeste Brasileiro (“BNB”) financiamento no montante de R\$ 182 milhões, já tendo sido liberado R\$ 166.769 milhões (nota 14), e com expectativa de liberação de R\$ 15 milhões em 2018. Os financiamentos serão utilizados nas obras da Via Metropolitana Lauro de Freitas. Os compromissos de curto prazo, principalmente, junto a instituições financeiras e fornecedores, serão honrados pelos acionistas da Companhia através de novos aportes de capital, na eventual não confirmação da liberação dos recursos financeiros provenientes dos empréstimos já contratados. Está previsto para 2018 aporte de R\$ 39 milhões.

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht e do Grupo OAS, os quais são acionistas diretos e indiretos, respectivamente, da Companhia.

A Companhia não foi objeto de nenhuma ação direta por parte das autoridades. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fora da esfera judicial, em 03/08/2017, a Companhia foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Construtor BA- 093, formado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A (“CNO”) e OAS S.A. (“OAS”) (esta última em recuperação judicial). As requerentes compuseram o Consórcio Construtor Ba 093, responsável pelas obras de adequação e construção das rodovias concessionadas e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. Em 18 de agosto a Companhia apresentou resposta ao Requerimento de Instauração do Procedimento Arbitral, informando que irá apresentar pleitos reconventionais contra o Consórcio Construtor.

No momento o procedimento arbitral encontra-se em fase de eleição do árbitro presidente, havendo a expectativa de assinatura do Termo de Arbitragem em março de 2018, quando se iniciaria o prazo para apresentação das alegações iniciais das Partes. Como ainda não foram apresentadas as razões alegadas e existem pleitos a serem postulados pela própria Companhia, a Administração e seus assessores legais entende não haver, no momento, parâmetros para mensuração de resultados.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 9 de fevereiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de outros ativos e passivo financeiros é ajustado para refletir a mensuração a valor justo.

Os itens incluídos na demonstração contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que atua (“a moeda funcional”). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 6), “Aplicações financeiras” (Nota 7), “Contas a receber” (Nota 8), “Depósitos judiciais” (Nota 10) e “Fundos restritos” (Nota 14(iv)).

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Estimada para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”).

2.5 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados.

2.6 Depósitos judiciais

Trata-se basicamente de depósitos judiciais realizados para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo o objeto mais significativo são as áreas situadas na Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante do contrário estão apresentados no ativo não circulante.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	3 - 5
Benfeitorias	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangível

2.9.1 Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados.

A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota 12).

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações da Companhia. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo (Nota 12).

Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 – Custos de Empréstimos.

2.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 14).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante (Nota 13).

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Demais passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

2.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social ativo diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma que vez, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

2.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(i) Receita de contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1 % sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

2.17 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes principais novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017.

- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros.

- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma.

As novas orientações do IFRS 15 não trarão impacto na classificação e mensuração da receita e seu reconhecimento.

- **IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma não trará impactos no reconhecimento de passivo. Atualmente a companhia não possui operações de arrendamento mercantil.

É bom ressaltar que essas revisões e novas normas ainda não foram objeto de emissão pelo CPC das equivalentes normas novas ou revisadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o processo de homologação pelos reguladores competentes. Em geral, as adoções antecipadas de normas novas ou revisadas e interpretações, embora encorajadas pelo IASB, não estão permitidas ou não estão disponíveis nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, essas normas novas e/ou revisadas não estão contempladas nessas demonstrações contábeis da Companhia.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Provisão de conserva especial

A Companhia reconheceu em 2017 a provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 5 anos da concessão, descontados a valor presente à taxa de 13,8% ao ano e apropriados pelo prazo remanescente de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Administração da Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, os ativos não financeiros.

(b) Reconhecimento de receita

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção, a Companhia utilizou o custo total incorrido mais margem de lucro estimada pela Administração, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da engenharia da Concessionária.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia, para as demonstrações contábeis anuais no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, estimou como base para amortização a curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece esse método como o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa prática também utilizada pelas principais Companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

Os demais ativos, com vida útil inferior ao prazo de concessão, são amortizados pelo método linear de acordo com sua vida útil econômica.

(d) Passivo contingente

A Companhia reconhecerá passivo contingente sempre que a perda puder ser razoavelmente estimada. Na hipótese em que o montante envolvido não possa ser razoavelmente estimado, toda e qualquer informação relevante será divulgada, em nota explicativa, expondo os riscos em que a companhia está sujeita.

(e) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Em 2017 a companhia constitui um ativo fiscal diferido de R\$ 13.841.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida.

Em 2017, a estratégia da Companhia foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 70% e 80% e uma classificação de crédito Baa2 na escala de Moody's.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de endividamento em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Montante total da dívida (Nota 14)	703.690	714.745
Menos Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	(1.394)	(46.115)
Menos Aplicação financeira (Nota 7)	(15.039)	-
Menos Fundo restrito (Nota 14 (iv))	<u>(33.362)</u>	<u>(30.969)</u>
Dívida líquida	<u>653.895</u>	<u>637.661</u>
Total do patrimônio líquido	<u>269.470</u>	<u>213.697</u>
Total do capital	<u>923.365</u>	<u>851.358</u>
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>71</u>	<u>75</u>

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Empréstimos e recebíveis

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	1.394	46.115
Aplicação financeira	15.039	
Contas a receber	7.345	6.376
Depósitos judiciais	20.250	25.389
Fundo restrito	<u>33.362</u>	<u>30.969</u>
	<u>77.390</u>	<u>108.849</u>

(b) Outros passivos financeiros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	4.144	2.538
Empréstimos e financiamentos	679.219	682.720
Debêntures	<u>24.471</u>	<u>32.025</u>
	<u>707.834</u>	<u>717.283</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundo de troco	320	370
Bancos conta movimento	468	45.584
Numerário em trânsito	606	161
	<u>1.394</u>	<u>46.115</u>

7 Aplicação financeira

O valor de R\$ 15.039, registrado na rubrica de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2017, é referente ao saldo residual dos recursos captados através de financiamento, o qual será utilizado para realização de investimentos em infraestrutura. Esta aplicação é mantida junto ao Banco BNB e é remunerada a 99% do CDI.

8 Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
PEX S.A. (i)	-	978
Conectcar S.A.(i)	464	485
DB Trans S.A. (ii)	313	223
Sem Parar (i)	4.972	4.051
Outros	1.835	1.613
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	(239)	(974)
	<u>7.345</u>	<u>6.376</u>

Os recebíveis são compostos, em sua maioria, por valores com vencimento inferior a 30 dias. As passagens vencidas a mais de 60 dias são provisionadas como perda.

- (i) Contas a receber oriundas das transações de AVI (*Automatic Vehicle Identification*) representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos previamente adquiridos das empresas habilitadas PEX S.A, Conectcar S.A e Sem Parar S.A.
- (ii) Contas a receber oriundas das transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos da Empresa habilitada DB Trans S.A.

(a) Movimentação da provisão estimada para perdas de créditos de liquidação duvidosa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	974	207
Adições	191	768
Baixas	(926)	(1)
Saldo no final do exercício	<u>239</u>	<u>974</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Tributos a recuperar e outros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Antecipações do IRPJ	70	616
Antecipações do CSLL	33	294
IRRF sobre aplicações financeiras	382	135
Outros	370	538
	<u>855</u>	<u>1.583</u>

10 Depósitos judiciais

Trata-se de forma mais significativa de depósito judicial realizado para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias.

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Desapropriações</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 1º de janeiro	145	132	25.107	25.384	2.147
Adições		92	4.024	4.116	23.357
Baixas	(2)	(5)	(9.243)	(9.250)	(115)
Em 31 de dezembro	<u>143</u>	<u>219</u>	<u>19.888</u>	<u>20.250</u>	<u>25.389</u>

11 Imobilizado

(i) Composição

			<u>2017</u>	<u>2016</u>
	<u>Taxas anuais de depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Móveis e utensílios	10%	1.234	(469)	765
Computadores e periféricos	20%	2.632	(2.471)	161
Maquinas e equipamentos	10%	6		6
Veículos	20%	100	(24)	76
Benfeitoria em imóveis de terceiros	4,13%	1.394	(90)	1.304
		<u>5.366</u>	<u>(3.054)</u>	<u>2.312</u>
				<u>2.277</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação do imobilizado

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	2.277	588
(+) Adição	237	1.872
(-) Baixa	(8)	(29)
(-) Depreciação	<u>(194)</u>	<u>(154)</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.312</u>	<u>2.277</u>

12 Intangível

(i) Composição

	<u>Taxas anuais de amortização (%)</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização Acumulada</u>	<u>2017 Líquido</u>	<u>2016 Líquido</u>
Intangível em infraestrutura					
Edifícios e instalações	(*)	133.813	(21.692)	112.121	111.367
Pavimentações e conservação especial	(*)	571.010	(130.776)	440.234	430.413
Hardware e equipamentos de pedágio	20,00	22.067	(6.190)	15.877	3.163
Desapropriações	(*)	47.336	(2.273)	45.063	37.786
Máquinas e equipamentos	10,00	7.468	(4.715)	2.753	3.366
Veículos	33,33	1.191	(1.085)	106	117
Meio ambiente e elementos de segurança	(*)	14.168	(755)	13.413	10.741
Obras em andamento	(*)	<u>272.167</u>		<u>272.167</u>	<u>245.675</u>
		<u>1.069.220</u>	<u>(167.486)</u>	<u>901.734</u>	<u>842.628</u>
Outros intangíveis					
Adiantamento a fornecedor (Nota 24)		5.540		5.540	4.256
Softwares adquiridos de terceiros	20,00	499	(268)	231	140
Marcas e patentes		<u>46</u>		<u>46</u>	<u>46</u>
		<u>6.085</u>	<u>(268)</u>	<u>5.817</u>	<u>4.442</u>
		<u>1.075.305</u>	<u>(167.754)</u>	<u>907.551</u>	<u>847.070</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos do serviço prestados considerando a projeção de curva de tráfego ou método linear, conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são edifícios e instalações, pavimentações e conservação especial, desapropriações e meio ambiente e elementos de segurança. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2017 é de 2,50% (2,24% em 31 de dezembro de 2016).

Também são itens do contrato, mas com vida útil inferior ao período de concessão, hardware e equipamentos de pedágio, máquinas e equipamentos, veículos e software adquiridos de terceiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram capitalizados juros referentes aos financiamentos, líquido dos juros dos fundos restritos, no valor de R\$ 16.137 (R\$ 7.843 em 31 de dezembro de 2016).

A rubrica Obras em andamento é composta, de forma significativa, pela construção da Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas (VMCLF) financiada com recursos contratados junto ao BNB e Desenharia com prazo de finalização previsto para março de 2018.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contrato de concessão -Infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

(ii) Movimentação do intangível

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	847.070	734.088
(+) Adição	95.819	147.445
(-) Baixa	(13)	-
(-) Amortização	(35.325)	(34.463)
Saldo no final do exercício	<u>907.551</u>	<u>847.070</u>

13 Fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Engos Engenharia Ltda		12
Agerba - Agencia Estadual de Regulação	315	301
Paisartt Construtora Ltda	242	242
Vitalmed Resgate Médico Ltda	238	229
BC2 Construtora Ltda Me	255	202
Tuna Comércio Tec. Para Veiculos Ltda		182
Semear Serviços Ltda	25	52
TCS Transportes e Serviços Ltda	187	
FM Alencar Transporte	84	
GSA Investimentos Ltda	41	
Fornecedores diversos	2.757	1.318
	<u>4.144</u>	<u>2.538</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Composição

	Moeda	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Banco do Brasil - Conta garantida	R\$	127% CDI		
Desenbahia – Agência de fomento 2º ciclo	R\$	TJLP + 3% a.a.	25.782	27.504
BNB - Contrato de financiamento 2º ciclo	R\$	2,94% a.a.	178.373	182.145
Debêntures	R\$	DI + 2,5% a.a.	24.544	32.136
Desenbahia – Agência de fomento	R\$	TJLP + 3% a.a.	11.477	12.343
Desenbahia – Agência de fomento	R\$	10% a.a.	23.486	25.205
BNB - Contrato de financiamento	R\$	10% a.a.	240.410	245.360
BNB - Contrato de financiamento	R\$	TJLP + 4% a.a.	10.635	11.688
Banco do Brasil - Conta garantida	R\$	135% CDI a.a.	50	8.110
BNB - Contrato de financiamento 3º ciclo	R\$	8,24% a.a.	165.589	147.229
Desenbahia – Agência de fomento 3º ciclo	R\$	DI + 3% a.a.	26.110	26.129
Custos de captação	R\$		(2.766)	(3.104)
			703.690	714.745
(-) Circulante			(30.776)	(32.464)
Não circulante			672.914	682.281

- (i) Em 26 de novembro de 2014, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 181.905 com liberação em 7 parcelas, sendo que até 31 de dezembro de 2017 foram liberadas 6 parcelas totalizando o montante de R\$ 166.769. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros efetiva é de 8,24% ao ano, com bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual.
- (ii) Em 15 de agosto de 2016, foi firmado um contrato junto ao Desenbahia no valor de R\$ 26.000, sendo que até 31 de dezembro 2016 foi liberada a totalidade do financiamento. O prazo de financiamento é de 72 meses, com carência de 24 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros efetiva é de 3,00% ao ano.
- (iii) Em 21 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Desenbahia no valor de R\$ 30.000, que foi liberado em 27 de junho de 2013. O prazo do financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 3,00% ao ano + TJLP (taxa de juros de longo prazo).
- (iv) Em 12 de dezembro de 2012, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 188.435 que foram liberados em 6 parcelas. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,94% ao ano, com bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual.
- (v) Em 17 de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 38.000 junto ao BNB, cuja liberação financeira ocorreu em 13 de maio de 2013. O prazo para pagamento é de 84 meses com carência de 30 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 2,5% ao ano mais DI (depósito interbancário). O valor liberado na operação da segunda emissão de debêntures foi utilizado para liquidação da primeira emissão no montante de R\$ 35.000. As debêntures têm como garantia o penhor de ações e direitos creditórios e emergentes e não são conversíveis em ações.
- (vi) Em 10 de agosto de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 254.139 (R\$ 2.933 de encargos financeiros em 31 de dezembro de 2013) que foram liberados em 8 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vii) Em 29 de abril de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNB no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A taxa de juros contratual é de 4% ao ano mais TJLP.

As garantias para os empréstimos obtidos junto ao Desenbahia e BNB são penhora de ação, suporte de acionista, direitos creditórios e emergentes.

(ii) Movimentação

Saldo em 1º de janeiro de 2016	551.604
Captações	180.634
Provisão de juros	35.491
Juros capitalizados	8.833
(-) Amortização do principal	(18.186)
(-) Juros pagos	(43.345)
Custo de transação	(286)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	714.745
Captações	20.246
Provisão de juros	31.615
Juros capitalizados	17.296
(-) Amortização do principal	(29.820)
(-) Juros pagos	(49.524)
Custo de transação	(868)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	703.690

(iii) Prazos de vencimento

Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2017	2016
2018		28.656
2019	37.171	37.718
2020	31.151	32.168
2021	31.752	31.752
2022	32.940	32.940
2023 até 2032	539.900	519.046
	672.914	682.280

(iv) Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica de Fundos restritos no montante de R\$ 33.262 (R\$ 30.969 em 31 de dezembro de 2016) é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas dos financiamentos com o BNB do 1º ciclo (Fundo de Amparo ao Trabalhador ("FAT") BNB, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE") BNB e FNE Desenbahia), 2º ciclo (FNE BNB) e 3º ciclo (FNE BNB), conforme previsto no contrato firmado junto à instituição financeira. O fundo é remunerado entre 98% e 100% do CDI, com vencimento em 2031.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Participação nos lucros e resultados - ("PLR")	2.264	1.620
Provisão de férias	1.253	1.336
Outros	<u>587</u>	<u>618</u>
	<u>4.104</u>	<u>3.574</u>

16 Provisão para contingências

(a) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui provisionado o montante de R\$ 455 (R\$ 474 em 31 de dezembro de 2016) relacionado a ações judiciais cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas atividades classificadas pela Administração, com base na avaliação dos seus assessores legais com perda provável.

Não é esperada nenhuma exigibilidade relevante resultante dos passivos contingentes, além daquelas provisionadas.

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo no início do exercício	87	387	474	401
Creditado à demonstração de resultado	(4)	(15)	(19)	73
Saldo no final do exercício	<u>83</u>	<u>372</u>	<u>455</u>	<u>474</u>

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Processos cíveis	2.517	2.117
Processos trabalhistas	<u>239</u>	<u>195</u>
	<u>2.756</u>	<u>2.312</u>

17 Provisão de conserva especial

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 3.740 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 2.884) referente a provisão para recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão referente aos últimos 5 anos de vigência, descontados a valor presente de 13,80% a.a. (31 de dezembro de 2016 - 13,80% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 277.000 representado por 355.143.264 de ações ordinárias e sem valor nominal, sendo 177.571.632 ações subscritas pela acionista ODB Rodovias e 177.571.632 de ações subscritas pela Invepar.

			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
<u>Acionistas</u>	<u>Capital subscrito</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Capital subscrito e integralizado</u>
OTP	138.500	138.500	177.571.632	123.500
Invepar	138.500	138.500	177.571.632	123.500
	<u>277.000</u>	<u>277.000</u>	<u>355.143.264</u>	<u>247.000</u>

- Em 26 de maio de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento o capital social da Companhia de R\$ 247.000 para R\$ 267.000, sendo esse aumento no valor de R\$ 20.000, mediante a emissão de 29.140.987 (vinte e nove milhões, cento e quarenta mil, novecentos e oitenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de 0,6863185583 (seis bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e três décimos de bilionésimos de real) por ação. A subscrição e integralização das ações ocorreu de forma proporcional à participação de cada acionista.
- Em 3 de agosto de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento o capital social da Companhia de R\$ 267.000 R\$ 277.000, sendo esse aumento no valor de R\$ 10.000, mediante a emissão de 14.464.908 (catorze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de 0,6913282106 (seis bilhões, novecentos e treze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e seis décimos de bilionésimos de real) por ação. A subscrição e integralização das ações ocorreu de forma proporcional à participação de cada acionista.

(b) Reservas de lucro

(i) Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital

Em 2017 não foi constituída a reserva legal dado o prejuízo acumulado de R\$ 7.530.

(c) Dividendos

A Companhia distribuirá dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com as deduções previstas em estatuto. A Assembleia Geral decidirá o destino remanescente do lucro líquido, nos termos da lei.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Contratos

(a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do estado da Bahia (“SEINFRA”) e a Companhia, tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato.

A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099 para ser construído pela Concessionária e aditado em 5 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos.

Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro de cascos da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil.

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas
- Duplicação
- Implantação de acostamento
- Implantação de passarelas para pedestres
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos
- Instalação de cabines de pedágio

(b) Contrato de engenharia

Contrato firmado em 18 de agosto de 2010 tendo como contratada o Consórcio Sistema BA 093, constituído pelas empresas Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) e Construtora OAS Ltda. (“OAS”), com objetivo a execução das obras civis, compreendendo os projetos funcionais e projetos executivo dos serviços de recuperação, ampliação e melhoria descritos no contrato de concessão.

O valor global do contrato é de R\$ 576.631 e abrange os serviços e fornecimentos relacionados a execução das obras civis tendo por data base fevereiro de 2010. O contrato encontra-se totalmente realizado e contabilizado no intangível.

Em 12 dezembro de 2014, foi assinado o aditivo ao contrato com o Consorcio Sistema Ba 093 com o objetivo de executar, na modalidade empreitada por preço global e prazo determinado, todas as obras e serviços necessários a implantação da Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas. O valor global do aditivo é de R\$ 233.774. Até 31 de dezembro de 2017, foi investido o montante de R\$ 208.200. Adicionalmente, foi acrescido ao preço global reajuste no valor de R\$ 15.056 referente a atualização financeira calculada pela formula paramétrica prevista na clausula quarta do aditivo da Via Metropolitana. Este valor foi registrado no intangível.

Em 20 de julho de 2015, foi assinado termo aditivo ao contrato com o Consorcio Sistema Ba 093 com objetivo de indenizar todos os custos extraordinários verificados nas obras civis originalmente contratadas, que não contemplam a implantação da Via Metropolitana. Referente a estes custos extraordinários foi acrescido ao preço global o valor de R\$ 31.309, já registrado no intangível.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receitas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de construção (i)	94.428	152.657
Receitas de pedágio (ii)	138.378	124.942
Receitas acessórias	2.879	2.395
Receita de subvenção	311	-
Impostos e contribuição sobre serviços	<u>(12.352)</u>	<u>(11.108)</u>
Receita líquida	<u>223.644</u>	<u>268.886</u>

(i) Para constituir o valor da receita de obras de infraestrutura, a Companhia utiliza como base, os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, na qual a Companhia deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços prestados ou melhoria por referência ao estágio de conclusão da construção, sendo a receita medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, conforme orientação do CPC 17 – Contratos de Construção e conforme descrito na Nota 2.16.

(ii) Receita de pedágio oriunda de pagamentos efetuados pelos usuários

21 Custos

(a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 93.486 (R\$ 151.131 em 31 de dezembro de 2016) como custo de construção, sendo respectiva receita mensurada considerando uma margem de 1%.

(b) Custo dos serviços prestados

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos com pessoal	14.055	12.757
Prestadores de serviços	12.147	12.346
Depreciação e amortização	35.287	34.413
Custos contratuais da concessão	4.800	4.341
Material, equipamentos e veículos	1.742	1.440
Gastos gerais	1.425	1.530
Outros custos operacionais	<u>731</u>	<u>824</u>
	<u>70.187</u>	<u>67.651</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com pessoal	6.244	5.877
Prestadores de serviços	1.936	2.050
Gastos gerais e administrativos	2.478	3.093
Depreciação	232	204
Honorários da diretoria	1.769	1.884
	<u>12.659</u>	<u>13.108</u>

23 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivos líquidos no montante de R\$ 1.488 (R\$ 9.720 em 31 de dezembro de 2016), calculados sobre a margem de construção do ativo intangível da concessão, conforme ICPC 01, e outras diferenças temporárias, a alíquota de 34%. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

Os saldos do passivo diferido líquido apresentam-se como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
IR e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa (34%)	13.841	-
IR e CSLL sobre margem de construção e diferença fiscal temporária (34%)	15.329	9.720
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>1.488</u>	<u>9.720</u>

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	17.974	4.650
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	(6.111)	(1.581)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Adições permanentes, líquidas	(112)	(104)
Margem de construção	320	(1.387)
Juros capitalizados	5.877	
Outros	7.825	
Efeito de IR e CSLL no resultado	<u>7.799</u>	<u>(3.072)</u>
IR e CSLL diferidos	8.231	(3.072)
IR e CSLL correntes	(432)	
Total da receita (despesa) com IR e CSLL	<u>7.799</u>	<u>(3.072)</u>

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Imposto de renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, cujo saldo acumulado em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 40.708. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando se considere provável que haja lucro tributário futuro e contra o que esses créditos fiscais possam ser usados.

24 Resultado financeiro, líquido

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita financeira		
Descontos obtidos	8	33
Rendimento de aplicação financeira	2.839	4.335
Atualização monetária	887	734
	<u>3.734</u>	<u>5.102</u>
Despesa financeira		
Juros de empréstimos	(31.615)	(35.491)
IOF	(112)	(612)
Outras despesas	(1.413)	(1.529)
	<u>(33.140)</u>	<u>(37.632)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(29.406)</u>	<u>(32.530)</u>

25 Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas referem-se ao contrato de execução de obras (Nota 19 (b)), firmado em 18 de agosto de 2010 junto à CNO e OAS.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo não circulante		
Adiantamento a fornecedor (Nota 12)	5.540	4.256
Passivo circulante		
Partes relacionadas	-	11.882
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado		
Custo de construção	(93.486)	(151.131)

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro 2017, a Companhia registrou o montante de R\$ 1.769 (R\$ 1.884 em 31 de dezembro de 2016), referente remuneração dos administradores.

26 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

Concessionária Bahia Norte S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	25.773	1.578
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>355.143</u>	<u>311.537</u>
Lucro (Prejuízo) básico por ação - R\$	<u>0,073</u>	<u>0,005</u>

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguro garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui apólices de seguros contratadas com as seguradoras Tokio Marine, Austral, AXA Seguros, XL Seguros Brasil S.A., HDI Gerling Seguros, intermediadas através da Odebrecht Corretoras de Seguros (OCS Seguros) e THB Brasil, tendo a AGERBA como beneficiária do seguro Garantia (Performance Bond) e a Companhia beneficiária dos seguros da frota de veículos e responsabilidade civil (D&O), para os seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil geral são beneficiários a Companhia, AGERBA, subcontratados e financiadores.

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil	junho/2018	40.000
Riscos operacionais	dezembro/2018	303.685
Responsabilidade civil geral	agosto/2018	30.000
Seguro garantia	agosto/2018	33.549
Automóveis	setembro/2018	110% tabela FIPE
Locatício	julho/2018	617

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

28 Transações não caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do semestre findo em 31 de dezembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Partes relacionadas	0	11.882
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>0</u>	<u>11.882</u>
Capitalização líquida de juros no ativo intangível	16.137	7.842
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>16.137</u>	<u>7.842</u>

* * *